

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ERRATA

Na Ata Circunstanciada da **2ª Sessão Extraordinária, de 11 de fevereiro de 2008**, publicada no DCL nº 59, de 8 de abril de 2008, página 71,

onde se lê:

(Expediente publicado no DCL nº _____, de ____/____/____, juntamente com a ata sucinta da _____ Sessão Ordinária.)

leia-se:

(Expediente publicado no DCL nº 34, de 29/2/2008, juntamente com a ata sucinta da 2ª Sessão Extraordinária.)

Expediente publicado no DCL nº 567, de 18/04/08
Assinado por: *devot* Matrícula: 1173137



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 11 DE FEVEREIRO DE 2008

33

13

1006

1052

lauda

Suplement 59
Publicação contida no DCL nº 2 de 21/1/2008
Senador Silveira Matrícula: 11388-6



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Paulo Tadeu a secretariar os trabalhos da Mesa.

Temos um acordo de Lideranças para que as emendas sejam apresentadas somente em segundo turno – que ocorrerá amanhã – e para que apenas os Líderes da Oposição e da Situação façam pronunciamentos.

Informo, também, que amanhã faremos o debate do projeto relativo ao IPTU e das emendas apresentadas pelos Deputados.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 668, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado - CCJ

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Na ausência do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, solicito ao Deputado Cristiano Araújo, Vice-Presidente da Comissão, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. Antes, porém, faço o seguinte esclarecimento: por uma questão regimental, não poderíamos votar o projeto relativo ao IPTU em segundo turno sem apreciarmos o respectivo veto. Portanto, amanhã, na sessão extraordinária, o primeiro item será a apreciação dos vetos apresentados ao projeto e o segundo, a apreciação do projeto em segundo turno.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 668, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências”.

Sr. Presidente, lembro que esse projeto, que o Governo retornou para esta Casa, corrigindo uma falha e reparando um acordo feito entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, é polêmico. O projeto regulamenta o limite de 16,58%, e fica instituído o desconto de 5% para as pessoas que pagarem à vista.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não encontramos nenhum óbice à aprovação do projeto. Somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A votação será pelo processo nominal. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Por solicitação do Deputado Wilson Lima, faremos a votação pelo processo simbólico.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 5 votos contrários, dos Deputados Chico Leite, Cabo Patrício, Erika Kokay, Reguffe e Paulo Tadeu.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foram lidos, na sexta-feira, dois requerimentos de minha autoria. Um diz respeito à convocação dos militares responsáveis pela operação que tristemente marcou o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	4

carnaval do Galinho de Brasília; o outro diz respeito a uma audiência pública acerca da situação que enfrentam hoje os moradores da Fercal.

Solicito a V.Exa. que os coloque em votação ainda no dia de hoje, após a votação do projeto que está em curso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Erika Kokay, fizemos o acordo de que não colocaríamos em votação projetos polêmicos. Acredito que a apreciação do requerimento da Fercal será tranqüila. Com relação à convocação dos militares, já vi alguns Líderes se manifestarem contrariamente. Posso submetê-lo à Liderança ou, se V.Exa. concordar, podemos colocar já na pauta o requerimento da Fercal. Quanto ao requerimento da convocação dos militares, preciso consultar as Lideranças, porque alguns Líderes já se manifestaram contrariamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, podemos votar hoje o requerimento da Fercal, que já tem uma data pré-agendada no Cerimonial da Casa, e discutiremos com as Lideranças a importância de termos apurados nesta Casa todos os fatos acerca da violência que vitimou foliões no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo óbice de nenhum Líder, colocarei em votação o requerimento de realização de uma audiência pública



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	5

sobre a Fercal. Não colocarei em votação hoje o requerimento de convocação dos militares.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 668, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências”.

O assunto é bastante conhecido. A sociedade tem acompanhado, desde o ano passado, a discussão travada nesta Casa, quando analisamos a mensagem anterior do Sr. Governador sobre o mesmo assunto e aprovamos o projeto.

A vinda dessa nova mensagem do PL nº 668/2008 mostra quão importante é o exercício do debate e quão importante é também constatarmos que o Governo é capaz de reconhecer equívocos e retificá-los. Foi o que aconteceu com o Projeto de Lei nº 668/2008, tanto que, na mensagem de encaminhamento, um dos pontos mais discutidos havia sido a respeito de uma emenda de autoria do Deputado Milton Barbosa que concedia o desconto de 5% para as pessoas que pagassem o IPTU à vista, que havia sido vetada pelo Governo. Agora, o Governo não só encampa essa emenda no projeto, mas também ressalta o empenho em buscar um livre e legítimo debate parlamentar, procurando fazer as correções necessárias para alcançar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	6

justiça fiscal e cumprir fielmente o acordo político feito com a Câmara Legislativa por ocasião das discussões e da aprovação do tributo.

Para muitos, parece estranho o Governo encampar o desconto de 5%, contudo eu vejo com outro olhar. Vejo que, seja o Poder Legislativo, seja o Poder Executivo, seja o Poder Judiciário, toda vez que verificarmos que algo que tenha passado por nossas mãos tenha sido aprovado de forma equivocada, é honroso, é altamente louvável que retifiquemos o erro. É o que nos apresenta a mensagem governamental do Projeto de Lei nº 668/2008.

Somos, portanto, Sr. Presidente, por sua aprovação, por entendermos que o projeto não infringe nenhuma das competências exercidas pela Câmara de Legislação e Normas no que diz respeito a salvaguardar a constitucionalidade dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 5 votos contrários dos Deputados Chico Leite, Cabo Patrício, Erika Kokay, Reguffe e Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	7

Por solicitação de algumas lideranças, suspenderemos a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h03min, a sessão é reaberta às 16h11min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso Líder, Deputado Cabo Patrício, certamente fará a discussão acerca do assunto.

Quero aproveitar para dar uma notícia, na minha opinião alvissareira, para a nossa Casa Legislativa.

Desde que entrei nesta Casa, eu lutava – e nesse sentido é preciso que se esclareça que tive o apoio do ex-Deputado Peniel Pacheco; do Deputado Paulo Tadeu, que sempre foi um Parlamentar de muita luta quanto a esse tema; do Deputado Wilson Lima, como membro antigo da Comissão de Defesa do Consumidor; da Deputada Eurides Brito na CCJ; do ex-Deputado Chico Vigilante. É importante citar que essa não é uma luta apenas do Deputado Chico Leite. Quero registrar, especificamente, o apoio do ex-Deputado Peniel Pacheco e do Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	8

Aprovamos o projeto que originou a Lei nº 3.697, de 2005, que diz, em seu art. 31: "Os candidatos aprovados no número de vagas previstas no edital normativo do concurso têm direito a nomeação, posse e exercício no cargo para o qual concorreram".

Havia um entendimento quase secular do mundo jurídico – e V.Exa. sabe, porque vem de lá – de que para os candidatos havia tão-somente expectativa de direito. Eu dizia, há expectativa de direito sob a ótica da motivação, porque só se contrata motivado se o serviço público precisa. Ora, mas se há vagas, não pode ser da conveniência, justiça e oportunidade da administração chamar ou não, porque há vaga e, se há vaga, é porque o público destinatário do serviço público precisa. Então, deve ser convocado imediatamente e sem preterição, na mesma linha de ordem.

Pois bem, Deputado Berinaldo Pontes, eis uma grata surpresa: o Superior Tribunal de Justiça, aquela Corte, em recente decisão da 6ª Turma, diz que "candidato aprovado dentro do número de vagas previstas em edital de concurso público tem direito líquido e certo a nomeação".

Era uma luta nossa. Tive oportunidade de palestrar em algumas universidades, em alguns Estados, e sempre fui muito questionado sobre isso, porque já era entendimento histórico a mera expectativa de direito.

Sr. Presidente, isso significa, primeiramente, que é uma grande vitória dos concursandos, do mundo de concursandos, de quem quer um lugar ao sol pela sua própria luta, pelo seu próprio mérito, sem precisar de favor de ninguém.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	9

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero salientar que aqueles que querem levantar uma bandeira e defendê-la, mesmo que isso demande muito tempo, devem continuar defendendo-a porque um dia vencerão. É isso que deve acontecer com o fim da malfadada tarifa básica de telefonia, se Deus quiser!

Muito obrigado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a anuência de V.Exa., juntamente com o Deputado Chico Leite, para saber sobre a Lei da TV a cabo. A referida lei já está em vigor? Porque a Net não está atendendo ao consumidor.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para responder ao Deputado Wilson Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADO CHICO LEITE – Deputado Wilson Lima, a lei está em pleno vigor. Foi baseada numa decisão do TJ de Minas, hoje questionada, mas sem liminar suspensiva no plano da Suprema Corte. Como está em pleno vigor no Distrito Federal, deveria ser atendida por todas as TVs a cabo e por assinatura.

Mas qual é o problema? As operadoras conseguiram uma liminar para proibir a cobrança da multa nas hipóteses de cobrança específica do ponto adicional. Ora, o Presidente Deputado Alírio Neto, o Deputado Milton Barbosa sabem que não há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	10

direito sem coercibilidade. A lei está em vigor, mas como não se pode cobrar multa eles fazem o que querem, como o poder econômico acostumou-se a fazer em todo o Brasil.

Contudo, eu tenho uma notícia boa do ano passado: em requerimento nosso e a partir disso, a própria Anatel administrativamente tomou a decisão de proibir. A Anatel proibiu em todo o Brasil -- e há projetos de lei baseados na gente -- a cobrança do ponto adicional. O que está faltando? Uma reunião do Conselho Nacional de Comunicação, que é presidido pelo Presidente do Senado Federal, para cancelar a decisão da Anatel conforme a Lei que criou a agência. Qual era o problema? Havia o imbróglio, na época do então Presidente do Senado Federal Renan Calheiros, que estava afastado e ninguém sabia quem efetivamente poderia tomar decisões como Presidente. Agora, o Presidente Garibaldi Alves dá a certeza e a garantia de que o Conselho se reunirá -- após dois anos sem se reunir -- para cancelar uma medida que também começou nesta modesta Casa Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) -- Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) 668/08
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº(S) _____
- REQUERIMENTO Nº(S) _____
- OUTROS _____

 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

 Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X			
	BERINALDO PONTES	PP	X			
	BISPO RENATO	PR	X			
	BRUNELLI	DEM	X			
	CABO PATRÍCIO	PT	.	X		
	CHICO LEITE	PT	.	X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X			
	DOUTOR CHARLES	PTB	X			
	ÉRIKA KOKAY	PT	.	X		
	EURIDES BRITO	PMDB	X			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X			
	LUZIA DE PAULA	PSL	X			
	MILTON BARBOSA	PSDB	X			
	PAULO RORIZ	DEM	.			X
	PAULO TADEU	PT	.	X		
	PEDRO DO OVO	PMN	X			
	RAAD MASSOUH	DEM	X			
	REGUFFE	PDT	.	X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	.			X
	RÓNEY NEMER	PMDB	X			
	WILSON LIMA	PR	X			
	ALÍRIO NETO	PPS	X			
	TOTAL	---	17	05		02

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSPI/RL Nº 668/08FOLHA Nº 701



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	11

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 4 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, houve pedido de declaração de voto por parte de vários Parlamentares, e eu pretendo solicitar ao Deputado Wilson Lima que assuma a Presidência desta sessão...

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, no caso, é só uma intervenção para corrigir uma informação dada anteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, vou transferir a Presidência ao Deputado Wilson Lima, e S.Exa. concederá a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, é importante V.Exa. escutar o que tenho a dizer antes disso, pois trata-se só de uma correção quanto a uma resposta que dei ao Deputado Wilson Lima anteriormente.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 5 votos contrários, não 4! Há uma incorreção aí!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na chamada nominal, na hora em que o nome de V.Exa. foi chamado, Deputado, V.Exa. não votou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	12

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, não só falei meu voto como o Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, repetiu meu voto ao microfone.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Correto. (Pausa.)

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai retificar o resultado da votação anterior, pois o Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, equivocou-se na contagem de votos: são 17 votos favoráveis, 5 votos contrários e 2 ausências.

Está aprovado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer uma correção quanto a uma resposta que dei a V.Exa. anteriormente e dar-lhe uma notícia ainda melhor: eu acabo de saber que o Conselho Nacional já se reuniu, a medida já foi publicada e vigorará, a partir de abril, a proibição de cobrança de ponto adicional de TV a cabo ou por assinatura. A partir de abril!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito obrigado pela informação, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	13

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha declaração de voto: votei contra a matéria porque a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra esse aumento do IPTU de 16,58%.

Nós somos favoráveis à emenda que apresentamos – que amanhã será apreciada em segundo turno – de 4,53%, que é o INPC de 2007. Além disso, 5% de desconto para quem pagar parcelado, mas em dia, em função do fato de a população carente nem sempre ter condições de pagar a cota única; e 10% de desconto para quem pagar a cota única.

Sobre a alíquota de 1% ser reduzida para 0,3%, isso não deve ser só para prestadores de serviço, mas também para pequenos e microempresários, que geram muitos empregos para a população do Distrito Federal.

A bancada do Partido dos Trabalhadores espera amanhã fazer uma ampla discussão para que possamos votar e assim atender a sociedade do Distrito Federal.

Eu gostaria ainda de ler aqui um discurso do Líder dos Democratas na Câmara dos Deputados, Deputado Federal Onyx Lorenzoni, que diz o seguinte: "O partido tem no seu programa um compromisso no qual está escrito que Parlamentares dos Democratas não podem criar novo título, aumentar impostos, criar nova contribuição ou ampliá-la. Podemos olhar nos olhos de cada eleitor brasileiro e dizer que quando Democrata candidato a Prefeito, Governador ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	14

Presidente se compromete a reduzir impostos ou a não aumentar impostos, o cidadão pode confiar, o eleitor pode acreditar, porque honramos a palavra dada”.

Então, quer dizer que o Governador Arruda, que é do DEM, não está seguindo a cartilha do Líder do Democratas na Câmara dos Deputados? Porque S.Exa. é Governador e prometeu, em campanha, reduzir os impostos e as taxas, mas aumentou o IPTU dos brasilienses em quase três vezes: em vez de 4,53%, 16,58%, o que é inadmissível na atual conjuntura do Distrito Federal.

Por isso a bancada do Partido dos Trabalhadores votou contra essa matéria e amanhã espera discutir as emendas ao apreciar esse projeto em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho dito – inclusive este foi o tom básico dos debates no ano passado, e já reiterarei isto neste ano, na primeira vez em que tive a oportunidade de vir a esta tribuna – que o Estado não pode expressar austeridade fiscal, cortes de gastos, demissão de servidoras e servidores e terceirização de setores para tornar-se depois mais caros para a população, com elevação de tributos de maneira jamais vista!

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós temos como precedente – e por isso votamos negativamente à matéria – uma lei, a Lei nº 989, de 1995, que fixou o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	15

desconto em 10%. O desconto médio dado em outros Estados brasileiros é de cerca de 7%! Que sanha arrecadadora é essa do GDF?

Costumamos laborar com muita elegância, com muito respeito às diferenças, mas costumamos ainda fazer os debates de maneira que aquele que governa em nome do povo também saiba dizer se faz algo a favor do povo ou quais interesses defende.

Foi por isso que nos manifestamos negativamente à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos neste dia de hoje um projeto em apreciação que, em verdade, majora o IPTU em quase 300% acima do que foi majorado no ano passado e ainda no ano anterior! Quase 300%!

De mais de 200% é essa majoração se considerarmos uma inflação que não chega a 5% – é de 4,3% o INPC – e um teto de reajuste de 16,58%!

Portanto, esta Casa não pode votar esse tipo de abuso que vai “gafar” o bolso do contribuinte. E não pode fazê-lo, disse bem o Deputado Chico Leite, e depois aceitar seja proposta a terceirização das lavanderias dos hospitais que, pelos nossos cálculos, vai majorar o custo mensal do Estado em quase um milhão de reais! Engordará, com certeza, o bolso dos empresários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	16

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo não pode dar um reajuste em quase 300% e comprar um tomógrafo que custa mais de um milhão, quando um tomógrafo que atenderia às nossas necessidades, às necessidades do povo do Distrito Federal, não custa mais do que trezentos e cinquenta mil reais!

Portanto, todas as vezes que o Governo "invadir" o povo em sua dignidade e em seus recursos, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu votei contra o aumento do IPTU de novo e vou votar contra todas as vezes que for necessário. Na minha opinião, esse aumento do IPTU é abusivo, extorsivo e exorbitante! Muito além da Inflação do período!

Eu tenho aqui de seguir o que considero justo, e não me parecer justo, nem razoável, que se dê um aumento de tributos, de impostos num patamar muito além da Inflação do período: 16,58% é muito maior do que 4,38%, que foi a Inflação do período.

Além disso, com relação ao desconto à vista, estou apresentando duas emendas. Uma delas concede 10% de desconto à vista, como ocorre em várias outras capitais: em Florianópolis, é de até 20%; em Fortaleza, é de até 20%; em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	17

Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Rio de Janeiro, Cuiabá e Recife, é de 10%; em São Paulo, é de 6%; em Belo Horizonte, é de 7%. Então, eu acho que é justo que o contribuinte que pagar à vista tenha esse desconto.

A segunda emenda que apresentarei beneficia o contribuinte honesto, aquele que já pagou o IPTU e pagou a mais, ou seja, que nem esperou o prazo para pagar. É justo que o Governo do Distrito Federal, além de ressarcir esse contribuinte, pague a ele juros de 1% mais a correção monetária. Eu penso que essa multa tem um efeito mais pedagógico do que pecuniário. E penso que ela é justa. Então, vou apresentar essas duas emendas.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu quero externar o meu protesto com relação a esse aumento do IPTU, que foi abusivo, exorbitante e muito além da inflação no período.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero reforçar as palavras do Líder da nossa bancada, Deputado Cabo Patrício, que externou aqui a posição do Partido dos Trabalhadores, explicando o motivo de votarmos contra o projeto do IPTU. Votamos assim até por uma questão de coerência, já que, no ano passado, votamos contra esse projeto, porque ele reajusta o valor do IPTU bem acima da inflação, bem acima do mercado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	18

imobiliário, bem acima dos reajustes que os servidores estão recebendo. Então, de fato, não há como aprovarmos este projeto. Essa é a questão essencial, central do projeto do IPTU, não é a questão do desconto. A questão é que o IPTU está vindo com um aumento abusivo, de 16,58%, o que significa mais de 300% acima da inflação. Então, não podemos aprovar uma proposta dessa, que aumenta de maneira abusiva para a população um imposto tão importante, como é o IPTU.

O fato é que o Governo fez um verdadeiro balalaio de gato nesta história toda. Houve erros dos mais diversos. Nunca, na história desta cidade, tais erros estiveram presentes na vida das pessoas. Nunca se viram tantos erros no IPTU como estamos vendo neste momento. E, até agora, o Governo não deu nenhuma explicação para a população sobre o motivo de estar cobrando acima do valor que foi aprovado nesta Casa. Gostaríamos de saber por que o Governo não apresenta para a sociedade todos os motivos dos erros cometidos com relação ao IPTU.

Sr. Presidente, por isso, votamos contra e esperamos amanhã, no debate do projeto, a aprovação do INPC como limite máximo, para que possamos restaurar a posição desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante deixar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	19

bem claro, não só para os nossos Pares, mas também para a imprensa, para toda a população que hoje nos prestigia com a sua participação nesta galeria e também para o nosso telespectador, que não se trata de aumento de imposto.

Sr. Presidente, estão tentando desvirtuar a mensagem encaminhada pelo Governador numa tentativa de fazer discurso por redução de impostos.

Deputado Cabo Patrício, nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, os democratas não mudaram, quem mudou foi o Partido dos Trabalhadores. Os democratas votaram contra a CPMF, até porque a CPMF era um imposto provisório, tinha que ter um fim, e chegou o momento de terminar com a CPMF. Quem sempre foi contra foi o próprio Partido dos Trabalhadores.

Eu queria lembrar que não estamos falando de aumento de alíquota de IPTU e, muito menos, de redução de alíquota. A alíquota do IPTU é 0,3% sobre o valor venal dos imóveis residenciais e 1% sobre o valor venal dos imóveis comerciais. Quando se vende um imóvel, o comprador vai a um cartório e paga um imposto chamado ITBI, que é o Imposto de transmissão. Com base nesse imposto, a secretaria monta um cadastro, que passa a ser o valor nominal do imóvel. Com base naquele valor, aplica-se o percentual de 0,3% ou 1%, conforme o caso, e apura-se o imposto.

O que o Governo e os democratas fizeram foi um limitador, Deputado Pedro do Ovo, porque muitos imóveis que valiam cem mil reais estavam sendo vendidos por cento e cinquenta mil reais quando foram reavaliados seus valores venais, ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	20

seja, com 50% de correção no valor. Quando se aplica 0,3% em cima dos cento e cinquenta mil reais, chega-se a um percentual muito maior do que os 16,58%! Então, o Poder Legislativo, em comum acordo com a área econômica do Governo, definiu um teto, Deputada Jaqueline Roriz. Mesmo que o imóvel tenha se supervalorizado, tenha dobrado de valor, na hora de se apurar o imposto, não se poderá aplicar nenhum percentual acima de 16,58%. Foi isso que votamos nesta Casa no ano passado, mas houve interpretações equivocadas por parte da equipe econômica do Governo. O Governador Arruda reconheceu, assumiu a responsabilidade e encaminhou novamente a esta Casa, para que não pairasse dúvida com relação a esse limitador. Ou seja, por mais valorizado que tenha sido o imóvel, o imposto não poderá exceder os 16,58%. É apenas isso! É a oportunidade de o contribuinte pagar à vista com desconto de 5%.

Não estamos discutindo aqui percentual de INPC. Estão querendo desvirtuar o encaminhamento da mensagem do Governador.

Então, trago essa mensagem aos Deputados e à imprensa, com toda a clareza, para que nos atenhamos ao objeto que estamos votando, Líder do PT, Deputado Cabo Patrício.

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	21

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo às mãos do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que não se encontrava presente quando fiz minha justificacão de voto, o discurso do Líder dos Democratas da Câmara Federal, Deputado Onyx Lorenzoni, que diz que o candidato a governador dá sua palavra de que os impostos não terão aumento. Então, passo uma cópia ao Líder do Governo. Acredito que o Governador Arruda não deve ter coragem de olhar, olho no olho, para o seu eleitor, pois deu a palavra de que não iria aumentar imposto e está aumentando, de 4,53% para 16,58%.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitacão da Deputada Erika Kokay para discussão e votacão do Requerimento nº 675, de 2008.

Item extrapauta:

Discussão e votacão do Requerimento nº 675, de 2008, que “requer realizacão de audiênciã pública, no plenário desta Casa, com o objetivo de discutir a situacão das famílias que se encontram em área de risco na Fercal – Regiãõ Administrativa de Sobradinho II”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votacão.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	22

O requerimento está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Convido o Deputado Batista das Cooperativas a secretariar os trabalhos da
Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 34, de 29/ 02/ 2008, juntamente com a ata sucinta da 2ª Sessão Extraordinária.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 115ª Sessão Ordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) -- Há número regimental.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 669, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Taxa de Limpeza Pública – TLP e dá outras providências".

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que indique Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, indico o Deputado Berinaldo Pontes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 669, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Taxa de Limpeza Pública – TLP e dá outras providências".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	25

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 5 votos contrários dos Deputados Chico Leite, Cabo Patrício, Paulo Tadeu, Reguffe e Erika Kokay.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 669, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Taxa de Limpeza Pública – TLP e dá outras providências”.

Sr. Presidente, assim como no parecer anterior sobre o IPTU, o Poder Executivo encaminhou mensagem para apreciação do Projeto de Lei que dispõe sobre a Taxa de Limpeza Pública.

Diferentemente da proposta anterior da TLP, o art. 1º Introduce desconto de 5% aos contribuintes que fizerem o pagamento do valor integral até o vencimento, em quota única. Assim, o Poder Executivo propôs isonomia de tratamento com o pagamento do IPTU.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	26

A matéria tem respaldo constitucional. A mensagem vem acompanhada das informações necessárias. Portanto, o encaminhamento é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 5 votos contrários dos Deputados Paulo Tadeu, Cabo Patrício, Chico Leite, Erika Kokay e Reguffe.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 669/d
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X			
	BERINALDO PONTES	PP	X			
	BISPO RENATO	PR	X			
	BRUNELLI	DEM	X			
	CABO PATRÍCIO	PT		X		
	CHICO LEITE	PT		X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X			
	DOUTOR CHARLES	PTB	X			
	ÉRIKA KOKAY	PT				X
	EURIDES BRITO	PMDB	X			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X			
	LUZIA DE PAULA	PSL	X			
	MILTON BARBOSA	PSDB	X			
	PAULO RORIZ	DEM				X
	PAULO TADEU	PT		X		
	PEDRO DO OVO	PMN	X			
	RAAD MASSOUH	DEM	X			
	REGUFFE	PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X
	RÔNEY NEMER	PMDB	X			
	WILSON LIMA	PR	X			
	ALÍRIO NETO	PPS	X			
	TOTAL	---	17	4		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BATISTA DAS COOPERATIVAS

CONSOLIDADO POR 1382

ASSINATURA

MAT.

ASSPI PL Nº 669/08

FOLHA Nº 185



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se reclamávamos de aumento de quatro vezes o patamar do INPC – maior que os valores de reajuste imobiliário e salarial, no tangente ao IPTU – como fixaríamos critérios dessa natureza?

A nossa contrariedade é no mesmo sentido e, por isso, votamos negativamente ao projeto. Nunca vamos pactuar com um Governo que aumenta o preço do Estado para a população a quem de fato deveria servir.

Eu, a essa altura, pergunto a V.Exas.: o que o Governo fará com a educação das crianças, jovens, adultos e deficientes, com a segurança de nosso povo, com a falta de medicamentos? Por esse motivo nos manifestamos negativamente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores votou contra esse projeto da taxa de limpeza pública porque, se por um lado ele traz avanços em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	28

comunidades mais distantes do Plano Piloto, por outro ele sobrecarrega muito o orçamento das famílias que moram aqui nesta região central, com um reajuste de 20% da taxa de limpeza pública.

Ora, se votamos contra o IPTU, que prevê um reajuste de aproximadamente 16%, não seria coerente de nossa parte votar em uma taxa de limpeza pública que, se por um lado, para a maioria da população de Brasília, traz um reajuste de 0 a 4,5%, por outro traz um reajuste abusivo de 20%, o que vai gerar um impacto ainda maior no orçamento dessas famílias. Como se não bastasse já o aumento abusivo do IPTU, soma-se a este o aumento abusivo da taxa de limpeza pública para as famílias que aqui moram.

Por isso, a bancada do PT votou contra o projeto, mas deixará para debater mais profundamente essa questão amanhã à tarde, quando iremos analisar a matéria na íntegra, inclusive com as emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, da qual faço parte, votou contra o projeto, obviamente, porque não podemos, como disseram os Deputados Paulo Tadeu, Chico Leite e Erika Kokay, aceitar que no IPTU haja um aumento de 16,58% e na TLP, de quase 20%.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	29

Por isso, apresentamos uma emenda de 10% de desconto para quem pagar o imposto em cota única, Deputado Milton Barbosa, e de 5% para a população de baixa renda que não tem condições de pagar de uma vez só, ou seja, que paga parcelado, mas mantém suas contas em dia. Desse modo, essa população também poderá ter um desconto e ser beneficiada. Assim, esta Casa de leis fará justiça a esses moradores.

É esse o posicionamento da bancada do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, digo ao povo, representado nas nossas galerias, os companheiros e companheiras que aqui comparecem – e eu os agradeço imensamente – que ninguém é guia, ou herói, ou mágico. A própria sociedade se conduz e veio aqui para protestar contra o Governo, que torna cada vez mais caro o Estado para o cidadão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse aumento da TLP é ainda superior ao aumento do IPTU para alguns contribuintes. Não aceito dizerem que o Plano Piloto tem de ter um aumento maior porque assim se fará justiça fiscal. Ora, a classe média deste País já vem sendo achacada pelos governos de plantão de uma forma criminoso. Eu não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2008	15h50min	2ª Sessão Extraordinária	30

posso aceitar que o Plano Piloto tenha de pagar 20% de aumento na TLP. Não há como eu votar favorável a isso.

E considero que nenhum aumento de tributos, de impostos, poderia ser além da inflação no período, porque ele se torna extorsivo, abusivo e exorbitante. Então, não posso aceitar isso. Penso que a classe média é contribuinte também, e temos que respeitá-la.

Lamento que os governos só pensem na classe média na hora de pedir voto e que a esqueçam na hora de aumentar tributos, como estão fazendo aqui, a meu ver, de forma abusiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h01min.)